

AS CONSEQUÊNCIAS DE UM IRÃ NUCLEAR PARA A ESTABILIDADE DO ORIENTE MÉDIO: O DEBATE TEÓRICO NO *MAINSTREAM* DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Matias D. A. Ferreyra¹

Vágner Camilo Alves²

Resumo

Nos últimos anos, acalorados debates precederam e acompanharam as negociações iniciadas em matéria nuclear entre a República Islâmica do Irã e o grupo 5 + 1. No âmbito específico do que se conhece como o *mainstream* racionalista da disciplina das relações internacionais, Kenneth Waltz e John Mearsheimer, referências do neorrealismo, e Joseph Nye, da vertente neoliberal, posicionaram-se a respeito das principais questões vinculadas à possibilidade de o Irã desenvolver um arsenal nuclear. Perguntava-se, fulcralmente, sobre quais seriam as consequências, em última instância, da existência hipotética de outro Estado nuclear no Oriente Médio. O que Irã, Israel e outros Estados da região fariam em tal situação? Adviria estabilidade ou instabilidade para o Oriente Médio? Em tal sentido, o objetivo do presente artigo é apresentar e analisar os argumentos por trás das respostas que, dentro do *mainstream* das relações internacionais, têm-se dado a respeito dessas questões.

Palavras chave: Proliferação Nuclear / Irã / Waltz / Mearsheimer / Nye

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança PPGEST/INEST-UFF. Pesquisador do Instituto Rosario de Estudios del Mundo Árabe e Islámico (IREMAI). Graduado em Relações Internacionais (Universidad Nacional de Rosario-2014).

² Doutor em Ciência Política (IUPERJ-2005). Professor do INEST-UFF.

Abstract

In recent years, heated debates preceded and followed the negotiations initiated in the nuclear field between the Islamic Republic of Iran and the Group 5 + 1. In the specific context of what is known as the rationalist mainstream of the discipline of international relations, Kenneth Waltz and John Mearsheimer, neorealism references, and Joseph Nye, of the neoliberal side, were positioned about the main issues related to the possibility that Iran develop a nuclear arsenal. They wondered, centrally, about what would be the consequences of the hypothetical existence of another nuclear state in the Middle East. What Iran, Israel and other states in the region would do in such situation? This would arise stability or instability in the Middle East? In this sense, the objective of this paper is to show and analyze the arguments behind the answers the mainstream authors of international relations has been given on these issues.

Key words: Nuclear Proliferation / Iran / Waltz / Mearsheimer / Nye.

1 Introdução

Nos últimos anos, acalorados debates, tanto no meio político como acadêmico norte-americano, precederam e acompanharam as negociações iniciadas em matéria nuclear entre a República Islâmica do Irã e o grupo 5 + 1, formado pelos Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia, China e Alemanha. Tais tratativas culminaram em um histórico acordo, em julho de 2015, na cidade de Viena, com o estabelecimento do Plano Integral de Ação Conjunta (JCPOA, nas siglas em inglês)

Os debates, certamente, tiveram influência no processo decisório que levou o governo de Barack Obama à assinatura do histórico acordo, pelo qual Teerã se comprometeu a limitar seu programa de desenvolvimento nuclear, para fins exclusivamente pacíficos, como contrapartida de uma redução das sanções que pesam sobre a economia do país.³ Discutia-se, entre várias questões, quais seriam as consequências internacionais e securitárias que traria tal acordo, depois de mais de três décadas de hostilidade e ausência de comunicação oficial entre os Estados Unidos e a República Islâmica do Irã. Também se perguntava em que medida o acordo diminuiria a probabilidade de o Irã desenvolver, no futuro, um arsenal nuclear.

Enquanto isso, pressupondo a ideia de que com o passar do tempo, após os acordos alcançados, o Irã aumentaria sua capacidade potencial de produzir sua própria bomba atômica (temor do lobby pró-israelense nos Estados Unidos, mas uma avaliação geralmente aceita por vários especialistas) também perguntava-se sobre quais seriam as consequências que se poderiam esperar da existência de outro Estado nuclear ao lado da única potência nuclear da região, Israel. O que Irã, Israel e outros Estados da região fariam em tal situação? Tal fato traria estabilidade ou instabilidade para o Oriente Médio? A discussão na mídia norte-americana - e internacional, até certo ponto - sobre essas perguntas foi marcada pela desqualificação e desconfiança do governo dos Aiatolás, provindas, centralmente, dos setores neoconservadores, de *think thanks* do partido republicano, assim como também do influente lobby pró-israelense nos Estados Unidos (EVERETT E GASS, 2015). Para esses setores, o acordo recentemente alcançado é a expressão de uma política errante e imprudente do governo de Obama para o Oriente Médio, que levaria irremediavelmente a um Irã nuclear, ameaçando, assim, toda àquela região e mesmo o mundo.

³ Entre os principais pontos do acordo, o Irã comprometeu-se a não enriquecer urânio acima de quatro por cento, por 15 anos. O urânio para fins pacíficos requer apenas um enriquecimento de até cinco por cento, enquanto que para produzir uma arma nuclear é necessário que esse material se purifique até 90 por cento. Além disso, o país se comprometeu a reduzir em quase dois terços seus centrifugadores, diminuindo suas possessões de quase 19.000 para 6.104, e destes últimos só 5060 poderão enriquecer urânio nos primeiros 10 anos. Para maiores detalhes a respeito, ver: NADER, A. (2015). Continuity and change in iranian foreign policy. The days after the a deal with Iran. Washington, RAND Corporation, 2015.

Muitas vezes essas afirmativas se engajam com fortes campanhas de difamação do Estado persa, impregnada de uma visão maniqueísta, na qual a “comunidade internacional” estaria lidando com um ator eminentemente “irracional”, autodestrutivo, de crenças vetustas, um “regime” teocrático e fundamentalista, que apoia o terrorismo e o islamismo radical, e que utilizaria suas armas atômicas para tirar Israel do mapa.

No entanto, no âmbito dos acadêmicos norte-americanos das Relações Internacionais, mais precisamente no que se conhece como o *mainstream* racionalista da disciplina, conformado pelas escolas neorrealista e neoliberal, a situação não é vista assim. Neste âmbito de discussão, o debate é mais objetivo, consistente intelectualmente e, até certo ponto, isento do maniqueísmo típico e do mito do Irã como ator irracional. Nos referimos a proeminentes teóricos do paradigma neorrealista, tais como Kenneth Waltz e John Mearsheimer e, dentro da vertente neoliberal, a um de seus representantes mais emblemáticos, Joseph Nye. Esses acadêmicos expressaram diferenças e coincidências em suas análises prospectivas, e exerceram algum grau de influência nas decisões norte-americanas para a execução do acordo nuclear com o Irã.

Kenneth Waltz (2012) e John Mearsheimer (PBS NEWS, 2012), notáveis, respectivamente, do realismo ‘sistêmico’ e ‘ofensivo’, em contraposição à opinião dominante sobre o assunto, defenderam que a conversão do Irã em uma potência nuclear significaria um fator positivo para a estabilidade regional no Oriente Médio, permitindo o estabelecimento de um equilíbrio de poder na região.

No entanto, na vertente neoliberal, Joseph Nye (2006), junto a outros autores destacados (SAGAN, 1994; DUNN, 1991; KAISER, 1989 e MILLER, 1993) considera que as armas nucleares não podem trazer efeitos estabilizadores para a configuração regional do Oriente Médio. Um Irã com o controle da bomba nuclear geraria novos focos de instabilidade, desatando corrida armamentista nuclear entre as potências da região, o que deve ser evitado através do fortalecimento de acordos e instituições internacionais, mas fundamentalmente através do uso do *smart power* norte-americano (BARZEGAR, 2008).⁴

⁴ Joseph Nye introduz a noção de poder inteligente (*smart power*) como o equilíbrio entre poder duro e poder brando na política internacional de um Estado. O poder duro (*hard power*) é a capacidade de conseguir que outros atuem de maneiras contrárias a suas preferências e estratégicas iniciais. Já o poder brando, ou *soft power*, é a capacidade de conseguir que os demais queiram os mesmos resultados que se desejam, isso é, a capacidade de alcançar objetivos e mudar o comportamento

Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo revisar os argumentos por trás das respostas que, dentro do *mainstream* das relações internacionais, tem-se dado a respeito das consequências de um Irã nuclear para a estabilidade no Oriente Médio.

Para isso, em uma primeira parte pretende-se analisar os diferentes argumentos neorrealistas (de Waltz e Mearsheimer) e neoliberais (de Nye), sobre o tema assinalado, tendo como pináculo o vínculo problemático entre as armas nucleares, o status regional de Irã e Israel, e a questão do equilíbrio de poder no Oriente Médio.

Numa segunda parte, analisam-se novamente as visões dos autores mencionados, colocando, no entanto, o eixo da discussão na relação entre a proliferação nuclear, o risco de transferência de tecnologia para grupos terroristas e a questão da racionalidade de atores estatais como o Irã.

Finalmente, a guisa de conclusão, pretende-se fazer um balanço dos diferentes argumentos a fim de sintetizar o pensamento dentro do *mainstream* norte-americano das relações internacionais sobre a questão nuclear iraniana.

2 O Irã, a Bomba e a Questão do Equilíbrio de Poder

Durante o período da Guerra Fria, o Oriente Médio esteve longe de desfrutar a estabilidade que existiu na Europa. Lá as duas superpotências mundiais, os Estados Unidos e a União Soviética, tinham permanecido adversárias tempo suficiente para aprender a superar as crises e os conflitos, construindo um *modus vivendi* adversarial, mas sem guerras.

Em concreto, os realistas atribuíram àquela ausência de guerras na Europa, desde 1945, a fatores tais como a distribuição equilibrada do poder militar entre os Estados do continente e a paridade estratégica e nuclear entre as superpotências. Embora eles errassem na predição do fim da Guerra Fria e sobre a ascensão da União Europeia como um foco de poder, a análise realista sobre o período antecedente tinha, em grande medida, acertado o alvo (AYAN, 2015).

de outro ator, sem coerção ou conflito, mediante o uso da persuasão e da atração. O poder brando é tão importante como o poder duro na política internacional. Para maiores detalhes, ver: GOMICHO, M. Joseph Nye on Soft Power. E-International Student, 2013. Recuperado de <http://www.e-ir.info/2013/03/08/joseph-nye-on-soft-power/>.

A respeito da instabilidade característica da região do Oriente Médio desde a década de 1950, a perspectiva realista entende que ela é a consequência lógica de fatores ligados a persistência de um “sistema multipolar desbalanceado” na região. Esse é o tipo de sistema mais perigoso e inseguro entre os tipificados por John Mearsheimer (2001, p. 337-338), devido, principalmente, à existência de um *potential hegemon* no sistema regional, de considerável superioridade estratégica e militar, com vasto e diversificado arsenal nuclear que tende a se engajar em guerras com os demais Estados. No Oriente Médio, tal desequilíbrio se sustentaria, essencialmente, na absoluta inexistência de Estados com capacidade de dissuasão nuclear que rivalizassem com Israel, que já tem reconhecido, mas não declarado, o domínio de armas nucleares, desde fins da década de 1960 (Waltz, 2012).⁵

Nesse sentido, como assinala Kenneth Waltz numa entrevista concedida no dia 6 de julho de 2012, a respeito do monopólio nuclear israelense no Oriente Médio:

A região está gravemente desequilibrada. Israel tem sido durante muito tempo o Estado mais poderoso e dominante e o resultado é um desequilíbrio. (...) Enquanto o poder não for equilibrado, a situação nessa região será instável. É raro que um Estado domine sua região durante um período tão longo de tempo. Isso não tem precedentes. Podemos pensar na União Soviética, na Europa do Leste e observem qual foi o resultado. Só quando a União Soviética e os Estados Unidos entraram em equilíbrio se obteve estabilidade (citado em TOBIA, 2012).

⁵ Israel começou a pesquisar temas nucleares pouco tempo depois da sua independência, em 1948. Com o apoio da França, construiu em segredo um reator nuclear e uma usina de reprocessamento nuclear em fins da década de 1950. No entanto, só em 1986 isso foi confirmado por uma fonte interna, quando Mordejái Vanunu, um ex-técnico nuclear israelense, revelou detalhes do programa nuclear na imprensa britânica. Existe a suspeita que Israel construiu sua primeira bomba em fins dos anos 1960. Na atualidade, estima-se que Israel possui entre 75 e 400 ogivas nucleares, com a capacidade de lança-las por meio de aeronaves, submarinos e mísseis balísticos de longo alcance. Para maiores detalhes, ver: Israel - Nuclear Weapons, Federation of American Scientists, New York, 2007. Disponível em linha: <http://fas.org/nuke/guide/israel/nuke/>.

Certamente, em nenhuma outra região do mundo existe um Estado nuclear solitário e não balanceado, como se evidencia no Oriente Médio. Desde a perspectiva realista de Waltz e Mearsheimer, o arsenal nuclear de Israel, e não o desejo do Irã de ter um, é o que mais contribui à crise atual no Oriente Médio. Nesse sentido, como precisa Waltz (2012), "o poder, além de tudo, requer equilíbrio. O que resulta surpreendente no caso de Israel é que haja demorado tanto em surgir uma possível ameaça" (p. 1).

O certo para os realistas é que Israel deseja continuar sendo a única potência nuclear na região e isso não parece difícil de ser compreendido. Como toda potência em um sistema internacional anárquico, considerando um preceito básico da teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), o Estado Hebraico é dirigido pelo interesse racional de alcançar ou conservar a "supremacia" regional, como melhor maneira de garantir sua sobrevivência nas competições de segurança do Oriente Médio. O nó górdio do problema é que aquela supremacia gera um intenso dilema de segurança com Estados rivais na região, os quais procuram, naturalmente, mitigar o desbalanceamento. Vários deles, através do desenvolvimento de armamentos e tecnologias convencionais. E outros, através do desenvolvimento de seus próprios arsenais nucleares.

A partir do realismo estrutural, Waltz também reconhece que Israel está disposto a utilizar a força para conservar tal condição ou *status*. Nesse sentido, é preciso lembrar que, em 1981, Israel bombardeou o Iraque para evitar o desafio ao seu monopólio nuclear; o mesmo aconteceu com a Síria, em 2007, e agora o país tem considerado também uma ação similar contra o Irã. Como adverte nosso autor, entretanto, os atos mesmos que permitiram Israel conservar sua vantagem nuclear, em curto prazo, tem prolongado um desequilíbrio que é insustentável, a longo prazo, com inimigos que estão inevitavelmente ansiosos por desenvolver os meios para impedir que Israel os ataque de novo (WALTZ, 2012).

Mearsheimer, ao ser consultado em uma entrevista de um programa de televisão estadunidense, no dia 9 de julho de 2012, também afirmou que um Irã com armas nucleares traria estabilidade para a região, porque aquelas "são armas de paz, são armas de dissuasão" (citado em PBS NEWS, 2012). Para o formulador da teoria do realismo ofensivo, as bombas nucleares não se prestam como

armas de conquista. Além disso, se os Aiatolás tivessem um elemento de dissuasão nuclear, os Estados Unidos e Israel não ameaçariam atacar o seu país, da mesma maneira que, se Saddam Hussein tivesse adquirido armas nucleares, antes de 2003, os Estados Unidos não teriam invadido o Iraque. O mesmo pode-se dizer em relação a Líbia, caso possuísse tais armas, antes de ser atacada pela OTAN, em 2011 (PBS, 2012). Por tais razões, em parte, a existência de outro Estado com força de dissuasão nuclear, além de Israel, poderia fazer do Oriente Médio uma região mais pacífica.

Assim, pode-se afirmar que Waltz e Mearsheimer concordam que seria correto analisar as tensões atuais não como as primeiras etapas de uma crise nuclear iraniana, relativamente recente, mas como as etapas finais de uma crise nuclear que perdura há várias décadas, no Oriente Médio, e que terminará somente quando se constitua um verdadeiro equilíbrio de poder na região.

Em posição contrária, falando a partir da perspectiva neoliberal das relações internacionais, Joseph Nye desaprova os enunciados realistas descritos. Em princípio, porque em sua perspectiva teórica, o equilíbrio de poder nunca poderia ser considerado um mecanismo suficiente para mitigar, *per se*, os efeitos negativos da anarquia do sistema internacional e garantir a paz e estabilidade entre os Estados. Como Nye (1987) afirma:

um equilíbrio de poder é essencial, mas difícil de manter (...) num mundo anárquico os Estados concorrem pelo poder no contexto de um intenso dilema de segurança, no qual a postura defensiva de um parece ofensiva a outro e portanto incita uma escalada armamentista (p. 380).

Na avaliação de Nye (2006) e de outros analistas, como Anoush Ehteshami (2010), existem fatores específicos na região do Oriente Médio que geram dificuldades para a aplicação das teorias do equilíbrio de poder e da dissuasão nuclear. Um desses fatores se refere à existência de uma rivalidade fulcral no Oriente Médio: a competição de segurança entre o Irã e os Estados árabes do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), liderados pelo reino da Arábia Saudita. Trata-se de uma rivalidade que tem vida própria, que é independente da rivalidade iraniano-israelense ou da existente entre o Irã e os Estados Unidos.

A mesma se sustenta em diferentes razões ideológicas, como rivalidades confessionais dentro do Islã, entre xiitas e sunitas, e rivalidades geopolíticas na península arábica e na região do golfo pérsico. Por esse fato, em uma entrevista dada no dia 11 de julho de 2008, sobre a aplicação da teoria do *smart power* ao contexto do Oriente Médio e particularmente ao Irã, Nye não hesita em enfatizar que “a ambição nuclear do Irã poderia desencadear uma onda de proliferação nuclear no Oriente Médio” entre aqueles outros atores regionais (citado em BARZEGAR, 2008, p.1).

O Oriente Médio é também diferente de outras regiões como o sul da Ásia, onde só dois poderes, Índia e Paquistão, são grandes adversários e tem meios econômicos para desenvolver armas nucleares. No Oriente Médio, os Estados do Golfo são ricos em petróleo e tem abundância de recursos econômicos para iniciar um programa nuclear, caso o Irã adquira armas nucleares (MABON, 2008). Por isso é que Nye argumenta que:

Tampouco é provável que a Arábia Saudita, o Egito e outros países se sentem passivamente enquanto os persas adquirem a bomba. É provável que sigam o seu exemplo e quanto mais armas proliferarem no volátil Oriente Médio, mais chances de ocorrer acidentes e erros de cálculo (NYE, 2006, p. 1).

Desde essa perspectiva, os Estados árabes do CCG são propensos a tomar algumas medidas para superar esse dilema de segurança com o Irã e, talvez, a opção nuclear poderia ser o ponto de partida. Curiosamente, Waltz promove a ideia de um equilíbrio nuclear entre Irã e Israel, mas não fala de outros desequilíbrios que poderiam vir a lume, entre iranianos e outros Estados da região (EHTESHAMI, 2010). Dessa maneira, o conceito de equilíbrio de poder compreende este dilema de segurança, onde o restabelecimento do equilíbrio entre Irã e Israel poderia gerar um desequilíbrio entre Irã e os países do CCG árabes, principalmente a Arábia Saudita. Para Nye, a atitude agressiva da teocracia xiita para com outros Estados, suas ambições hegemônicas regionais e os justificados temores dos vizinhos, fazem com que os argumentos de uma possível escalada nuclear, na região, não estejam mal fundados (NYE, 2006).

No entanto, Waltz e Mearsheimer também oferecem algumas respostas e soluções ao problema que coloca Nye. Na avaliação dos neorrealistas, tanto o desequilíbrio nuclear hipotético entre Irã e Arábia Saudita quanto o problema da proliferação nuclear poderia ser mitigado. Aliás, Waltz (2012) destaca que ao longo da era nuclear, iniciada há 70 anos, os temores de proliferação nuclear tem resultado infundados. Se definirmos de maneira adequada o termo “proliferação”, este significa propagação rápida e descontrolada. Segundo o autor, nada disso tem acontecido:

De fato, desde 1970, existe uma marcada desaceleração no surgimento de Estados nucleares. Não há nenhuma razão para esperar que esta tendência mude no presente. Se o Irã se convertesse na segunda potência nuclear do Oriente Médio desde 1945, isto dificilmente indicaria o início de uma avalanche. Quando Israel adquiriu a bomba, na década de sessenta, encontrava-se em guerra com muitos dos seus vizinhos. Suas armas nucleares eram uma ameaça muito maior para o mundo árabe do que a representada pelo programa nuclear iraniano hoje em dia. Se um Israel com armas atômicas não provocou uma corrida armamentista naquele tempo, não há nenhuma razão para que o Irã o faça agora (WALTZ, 2012, p. 1).

Por tal motivo, o ícone do realismo estrutural argumenta que não seria necessário que os Estados Unidos e seus aliados se esforcem tanto para evitar que os iranianos desenvolvam uma arma nuclear. Os esforços diplomáticos entre o Irã e as grandes potências ocidentais devem continuar, segundo o autor, porque as linhas abertas de comunicação farão com que os países do ocidente se sintam mais capazes de conviver com um Irã nuclear (WALTZ, 2012).

No entanto, Mearsheimer (2012) relativiza algumas das sentenças proferidas por Waltz. Para o autor, sempre há alguma pequena possibilidade de que exista algum uso nuclear entre portadores de armas nucleares. Um dos cenários que não se pode minimizar facilmente é a possibilidade de uma escalada inadvertida ou imprevista. De acordo com Mearsheimer, em sua entrevista

televisiva, “aqui é onde o senhor poderia encontrar uma guerra convencional, que começa sem a intenção de se converter em uma guerra nuclear, mas que sem se perceber escala para o nível nuclear” (citado em PBS NEWS, 2012). Certamente tal hipótese pode ser pensada em todo tipo de situações. Por exemplo, no caso de uma guerra convencional entre Índia e Paquistão, ambos com armas nucleares, que escala do nível convencional para o nuclear. Mearsheimer, entretanto, procura relativizar essa hipótese: “só há uma pequena, muito pequena possibilidade de que isso aconteça. Mas essa pequena possibilidade é suficiente para eu ser muito cuidadoso com a ideia de que o Irã adquira armas nucleares” (citado em PBS NEWS, 2012, p.1).

Com similares cuidados, o autor adverte que também é possível que aconteça alguma proliferação: “não apostaria contra o fato de que talvez a Turquia e a Arábia Saudita pudessem adquirir armas nucleares” (PBS NEWS, 2012, p. 1). Mas, outra vez, Mearsheimer relativiza àquela possibilidade, assinalando para isso uma razão composta por dois fatores.

Segundo o discípulo de Waltz, quando falamos do Irã nos últimos anos, tem-se criado o mito de que qualquer país pode chantagear outros países ou utilizar essas armas com fins ofensivos. Mas, na verdade, como assinala o autor:

Temos muitas teorias e uma enorme quantidade de evidência empírica, depois de 67 anos, que mostram que nenhum país com armas nucleares pode chantagear a outro país, sempre e quando alguém esteja protegendo esse país ou que tenha as suas próprias armas nucleares. (citado em PBS NEWS, 2012, p. 1).

É isto o que nos leva ao segundo fator. No caso de um Irã nuclearizado, provavelmente os Estados Unidos estenderiam seu guarda-chuva nuclear sobre os Estados não nucleares do Oriente Médio, como a Arábia Saudita e a Turquia, da mesma forma que fez sobre a Alemanha e o Japão, durante a Guerra Fria. Concomitantemente, o autor adverte “vamos deixar perfeitamente claro aos iranianos que não podem chantagear ninguém” (PBS NEWS, 2012). Neste caso, não existiria, assim, um grande incentivo para que Turquia e Arábia Saudita adquirissem armas nucleares.

3 A Proliferação Nuclear, o Terrorismo e a Racionalidade

Outra das advertências pelas quais se deveria evitar a nuclearização militar do país persa, segundo Nye e vários outros especialistas sobre o tema (KHAN, 2009; GASIOROWSKY, 2007; KAYE Y WEHREY, 2007), é a probabilidade de que se transfira tecnologia nuclear a grupos terroristas de origem islâmica e a outros aliados regionais do Irã. “É uma preocupação legítima a da América, sobre o desenvolvimento nuclear iraniano, que desestabilizaria e difundiria as armas nucleares entre outros atores da região”, respondeu Nye, em entrevista já mencionada (citado em BARZEGAR, 2008, p.1).

Outra vez existe uma peculiar discordância entre neoliberais e neorrealistas que se expressa nessa questão. Para Nye, independentemente de quais sejam os perfis dos representantes iranianos e os resultados das eleições naquele país, o mais concebível para a política externa norte-americana é aplicar uma combinação de *carrots and sticks* - poderes brandos e duros - e assim, persuadir os governantes iranianos de que eles estariam numa melhor situação deste lado do umbral nuclear, do que naquele em que estariam depois de cruzá-lo (BARZEGAR, 2008).

De certa forma, essa avaliação evidencia uma clara desconfiança a respeito das atitudes construtivas e “razoáveis” dos funcionários de Teerã para a pacificação e estabilização regional. Nye tem criticado o governo do Irã pela falta de predisposição para negociar ao longo dos últimos anos. Ele diz que se trata de um Estado que nem sempre tem cumprido seus compromissos internacionais e que tem enganado, em algumas ocasiões, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Por outra parte, o autor assinala que “existe o temor genuíno de que elementos corruptos no governo iraniano possam passar tecnologia de armas nucleares a grupos terroristas” (citado em BARZEGAR, 2008, p.1). Por essas razões, em parte, é que Nye, pelo menos até poucos anos atrás, considerava que as sanções internacionais contra a economia persa eram uma medida apropriada e necessária.

No entanto, nas avaliações de Waltz e Mearsheimer, o problema com essas preocupações é que elas contradizem o histórico de todos os Estados que adquiriram armas nucleares desde 1945. Para esses autores, a história mostra que quando os países conseguem obter a bomba, sentem-se vulneráveis e se tornam muito conscientes de

que as armas nucleares os convertem em alvos potenciais aos olhos das grandes potências (WALTZ, 2012). Essa consciência dissuadiria os Estados nucleares de agirem de forma agressiva e ousada.⁶

Construir uma bomba é também muito custoso e perigoso. Nos critérios de Waltz, não teria sentido transferir o produto desse investimento para grupos que não fossem confiáveis e aos quais não fosse possível controlar. Além disso, nenhum país pode transferir armas nucleares sem correr o risco de ser descoberto, devido à impressionante e crescente capacidade dos Estados Unidos em identificar fontes de materiais físséis e obstaculizar sua transferência (WALTZ, 2012). Por outra parte, os países nunca poderiam controlar completamente, nem predizer, o comportamento dos grupos terroristas que patrocinam. Portanto, uma vez que um país como o Irã adquira a capacidade nuclear, terá motivos suficientes para manter o controle total do seu arsenal. Como nos indica Waltz:

Uma coisa que sabemos, dos Estados Unidos, é que suas capacidades de detecção são impressionantes. Qualquer Estado teria que estar louco e talvez haja alguns membros da direção iraniana que sejam imprudentes, mas a maioria deles não é. (WALTZ, 2012, p. 1).

O exagero na ameaça de um Irã nuclear, segundo Waltz, explicar-se-ia pelo fato de que a discussão tem se distorcido, por temores infundados e entendimentos errôneos sobre a natureza do comportamento dos Estados no sistema internacional. A primeira e mais importante preocupação, que subjaz a muitas outras, é que o governo de Teerã é por natureza irracional. “Além da crença generalizada no sentido contrário, a política iraniana não é feita por ‘mulás loucos’, senão por aiatolás perfeitamente lúcidos que desejam sobreviver como qualquer outro Estado” (WALTZ, 2012, p.1). Embora os líderes iranianos as vezes se entreguem à uma retórica inflamada e cheia de ódio, não mostram propensão alguma à autodestruição. Por isso, para o autor, seria uma grave falta dos formuladores da política externa dos Estados Unidos supor o contrário.

⁶ A China maoísta, no exemplo que escolhe Waltz, tornou-se muito menos belicosa depois de construir suas armas nucleares em 1964; a Índia e o Paquistão ficaram mais cautelosos desde que adquiriram poder nuclear. Há poucas razões para pensar que o Irã rompa esse modelo (WALTZ, 2012).

Não obstante, na prática isso é precisamente o que fizeram e fazem muitos funcionários e analistas estadunidenses e israelenses: retratar o Irã como um ator irracional, um Estado “diferente” do resto, que merece tratamento especial. Certamente, como assinala Waltz (2012), isso permitiu argumentar que a lógica da dissuasão nuclear não pode ser aplicada à república islâmica. Se o Irã obtiver armas nucleares, advertem, não hesitarão em usá-las num primeiro ataque contra Israel, embora ao fazê-lo provoquem represálias maciças e o alto risco de destruir tudo aquilo que aprecia o regime iraniano (WALTZ, 2012).

No entanto, Nye não tem deixado de insistir ao longo dos últimos anos nessa preocupação, que converte o Irã em um dos temas prioritário da administração norte-americana:

Eu creio que o Irã tem interesses muito legítimos, a nível regional, no Golfo Pérsico. Mas o mesmo acontece com os Estados Unidos. E outros países também possuem interesses legítimos em evitar o emprego do desenvolvimento nuclear iraniano para fins terroristas. Por isso precisamos de negociações que reconheçam os interesses legítimos de todos (citado em BÁRZEGAR, 2008, p. 1).

O problema geral que preocupa Nye é a proliferação nuclear e, concretamente, quando ele discute a questão nuclear iraniana, costuma situá-la dentro dos desafios mundiais que enfrenta o regime do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e as medidas que devem ser adotadas nestas instâncias, para evitar o não-cumprimento do tratado.

Para Nye, o TNP constitui “a principal barreira legal e política contra a proliferação de armas nucleares” (citado em JAMAL, 2014, p.5). Essa premissa se conecta com uma das suposições do neoliberalismo internacionalista que entende que as instituições constituem um meio para promover a cooperação e atenuar os efeitos da anarquia internacional - e não o equilíbrio de poder, como defendem os realistas (SØNDENAA, 2008). Entende-se que a cooperação sempre é difícil de ser conseguida. No entanto, em coincidência com outros autores destacados nessa literatura, como Robert Keohane (1987) e Stanley Hoffman (2002), Nye tem demonstrado que as instituições de segurança podem ajudar na criação de regimes internacionais,

limitar as estratégias de negociação, equilibrar e substituir outras instituições, assinalar as intenções dos governos ao proporcionar informação e fazer políticas mais previsíveis, especificar obrigações e afetar tanto os interesses como as preferências dos Estados (GARCIA JUAREZ, 2013).

Por tais motivos, no contexto de perigos atuais de proliferação nuclear, Nye coloca o foco na responsabilidade da comunidade internacional e dos Estados Unidos, em particular, frente a flagrantes casos de violação do TNP. O problema seria que a comunidade internacional tem manifestado uma tendência a responder os casos de não-cumprimento de modo irregular, muitas vezes utilizando um duplo padrão (BAJEMA, 2007, p.11).⁷ Segundo Nye, pode haver “um ponto de inflexão a partir do qual o peso da acumulação de violações alterará o equilíbrio atual de incentivos e desincentivos nucleares” (citado em BAJEMA, 2007, p.11). Portanto, se os Estados nucleares e outras grandes potências não responderem consistentemente as violações do TNP, o regime de não-proliferação pode sucumbir e o desenvolvimento nuclear iraniano seria somente o primeiro de uma série.

Assim, considerando que as instituições e regimes internacionais nem sempre funcionam por si mesmas, Nye defende a necessidade de uma ativa política norte-americana que tenha como estratégia uma combinação de *soft power* e *hard power*, que garanta o compromisso do Irã com o TNP, do qual faz parte. Isso é aplicar o poder “inteligente” dos Estados Unidos para persuadir os iranianos de que a melhor opção para os seus próprios interesses e sua segurança nacional é encontrar algum ponto de equilíbrio e de acordo com os Estados Unidos, aquém da aquisição de armas nucleares. De fato, o acordo concretizado entre o Irã e o G5 + 1 é coerente com tais considerações e sugestões.

⁷ Embora os Estados nucleares respondam tipicamente impondo sanções aos Estados suspeitos de proliferação nuclear, o problema é que a aplicação de sanções muitas vezes resultou inconsistente e sujeito a outros objetivos de política externa.

4 Conclusão

Em quase 70 anos de era nuclear, nunca houve um caso em que uma potência nuclear tenha sido capaz de atacar o interesse vital de outro Estado nuclear. Essa parece ser uma regra de ferro cunhada pelo pensamento realista. Os países não atacam com base em armas nucleares. Em outras palavras, aquelas seriam armas de paz, mesmo que uma paz armada e tensa. O problema é que existiram, na história, poucos Estados nucleares. Sendo tão poucos os casos, talvez, a relação assinalada pela lei realista seja estatisticamente irrelevante.

No entanto, a despreocupação relativa dos argumentos revisados de Waltz e Mearsheimer ainda assim advertem que sempre existe um risco. Esse risco, embora exíguo para Mearsheimer, é determinante na formulação neoliberal que desaprova toda idéia de um equilíbrio de poder sustentado na existência de mais armas nucleares. O Irã pode ser parte do problema. No fundo desse abismo, o problema não é um sujeito, ou um agente, mas um objeto, a existência de novas armas nucleares no sistema internacional. O problema é a proliferação nuclear em um mundo repleto de incertezas.

Irremediavelmente, a solução liberal e dos defensores da não proliferação vem pela fé no fortalecimento da cooperação, das instâncias de negociação e do controle eficaz das instituições internacionais, que não são apenas a maneira mais eficiente de limitar os efeitos da anarquia, mas também a única que seria "legítima". A palavra "legitimidade" sempre está presente no discurso teórico-político de Joseph Nye, mas não no dos realistas.

Para Nye, a desigualdade estratégico-militar existente entre Israel e Irã não significaria uma fonte de desequilíbrios e ameaças maior do que a existência de novas armas nucleares. Pelo contrário, a desigualdade nuclear representaria uma necessidade normativa e um interesse legítimo que resulta das condições atuais da ordem internacional, onde só alguns podem – e devem – ter a responsabilidade maiúscula de ostentar tal tipo de armamento. Como afirma Nye, a desigualdade entre Estados nucleares e não-nucleares pode ser legitimada sempre e quando os Estados membros do TNP mantenham um consenso básico e aceitem que um maior número de Estados nucleares colocaria em perigo a segurança internacional (NYE, 1987).

No entanto, existe um viés contraditório e polêmico em Nye. O autor faz fortes questionamentos às intenções nucleares do Irã à luz dos princípios da não proliferação, mas não se posiciona da mesma forma a respeito dos perigos que podem representar o arsenal nuclear de Israel para a segurança internacional e regional, um Estado que não é signatário do TNP por considerá-lo contraditório com seus interesses de segurança nacional. Comumente, o descompasso existente entre a condição nuclear do Estado de Israel e as normas do TNP não é denunciado pelos detratores liberais da nuclearização do Irã.

Por outra parte, resulta importante assinalar a respeito dos defensores liberais da não proliferação, que as premissas condizentes com a desigualdade nuclear entre os Estados respondem a um peculiar princípio da tradição do liberalismo político. As diferenças e desigualdades sociais só serão consideradas 'justas', enquanto os membros mais desfavorecidos também puderem ganhar com a distribuição desigual de ganhos e bens sociais (RAWLS, 2000). O bem social, neste caso, seria a 'segurança' que todos os Estados da comunidade internacional ganham com um menor número de Estados nucleares. Assim, a validade da teoria da dissuasão nuclear também encontraria esta limitação de caráter normativo ao ser empregada em relação a qualquer outro Estados e região.

O pensamento realista, pelo contrário, não focaliza em "direitos nucleares" exclusivos, mas nas "capacidades nucleares" concretas, considerando a situação de equilíbrio como condição para a estabilidade.

No entanto, Waltz, Mearsheimer e Nye, junto a muitos outros destacados intelectuais norte-americanos, manifestaram um consenso básico com relação a possibilidade de nuclearização do Irã. Todos concordaram que as sanções econômicas mostraram-se medidas inviáveis e inúteis para persuadir o Irã, e que o caminho do acordo e da cooperação em matéria nuclear era condição essencial para se avançar na estabilização do Oriente Médio.

Referências

AYAN, A. **A nuclear Iran for stability in the Middle East; a realist perspective.** Today Saman, Ankara, agosto 2005. Disponível em: http://www.todayszaman.com/blog/arslan-ayan/a-nuclear-iran-for-stability-in-the-middle-east-a-realist-perspective_375371.html. Acesso em: 20 de mar de 2016

BAJEMA, B. **The dynamics of nuclear proliferation: how close is the tipping point?**. Nuclear Scholars initiative, Washington, Center for Strategic and International Studies, 2007.

BARZEGAR, K. **Joseph Nye on Smart Power in Iran-U.S. Relations.** Belfer Center, 2007. Disponível em: http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/18420/joseph_nye_on_smart_power_in_iranus_relations.html. Acesso em: 20 de mar de 2016.

DUNN, A. **Containing nuclear proliferation.** International Institute for strategic studies, New Haven, CT, Adelphi Paper nro. 263, 1991.

EHTESHAMI, A. **Iranian perspective on the global elimination of Nuclear weapons.** Palestine-Israel: Journal of politics, Economics and Culture, Jerusalem, vol. 16 (34), 2010. Disponível em: <http://www.pij.org/details.php?id=1251>. Acesso em: 20 de mar de 2016.

EVERETT, B. e GASS, N. **Republican lawmakers threaten to kill Iran deal.** Politico, New York, junho de 2015. Disponível em: <http://www.politico.com/story/2015/07/iran-deal-got-lawmakers-react-kill-deal-120083>. Acesso em: 20 de mar de 2016.

GARCIA JUAREZ, G. **Does US Foreign Policy Achieve Meaningful Results to Stop Nuclear Advancement?**. Open Access Theses, Miami, Paper 440, 2013.

GASIOROWSKI, M. **The new aggressiveness in Iran's Foreign policy. Middle East policy,** 14(2), 2007. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-4967.2007.00303.x/abstract>. Acesso em: 20 de mar de 2016.

GOMICHELON, M. **Joseph Nye on Soft Power**. E-International Student, 2013. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2013/03/08/joseph-nye-on-soft-power/>. Acesso em: 22 de mar de 2016.

HOFFMAN, S. **Clash of Globalizations**. Foreign Affairs, vol. 81: 4, pág. 1-4, agosto 2002.

JAMAL, U. **The Iranian Nuclear programme: Impact on Regional Stability and Security**. E-International Relations Students, setembro 2014. Disponível em: <http://www.e-ir.info/2014/09/04/the-iranian-nuclear-programme-impact-on-regional-stability-and-security/>. Acesso em: 22 de mar de 2016.

KHAN, S. **Iran and nuclear weapons: Protracted Conflict and Proliferation**. New York, Routledge, 2009.

KAISER, K. **Non-proliferation and nuclear deterrence**. Survival: Global politics and Strategy, 31 (2), 123-136, 1989.

KAYE, D e WEHREY M. **A nuclear Iran: The reactions of Neighbors**. Survival: Global politics and Strategy, 49 (2), 111-128, 2007

KEOHANE, R. e NYE, J. **Power and Interdependence**. International Organization, Washington, 41(4), pp. 725-753, 1987.
Israel - Nuclear Weapons, Federation of American Scientists, New York, 2007. Disponível em: <http://fas.org/nuke/guide/israel/nuke/>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

MABON, S. **Saudi Arabia and Iran: Soft Power Rivalry in the Middle East**. I.B. Tauris & CoLtd. New York, 2013.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. W. W. Norton & Company. New York, NY, 2001.

MILLER, E. **The Case Against a Ukrainian Nuclear Deterrent**. Foreign Affairs, 72 (3), 67-80, 1993.

NADER, A. **Continuity and change in iranian foreign policy**. The days after the a deal with Iran, Washington, RAND Corporation, 2015.

NYE, J. **Nuclear learning and US-Soviet security regimes**. International organization, 41 (3) 371-402, 1987. Disponível em: <http://live.belfercenter.org/files/CMC50/JosephSNyeNuclearLearningAndUSSovietSecurityRegimesInternationalOrganizations.pdf>. Acesso em: 22 de mar de 2016.

NYE, J. **Should be Iran be attacked?**. Project Syndicate, Washington, 2006. Disponível em <http://www.project-syndicate.org/commentary/should-iran-be-attacked>. Acesso em: 22 de mar de 2016.

Nuclear-Armed Iran Would Bring 'Stability' But Risks. PBS News, Washington, 2012. Disponível em: http://www.pbs.org/newshour/bb/world-july-dec12-iran2_07-09/. Acesso em: 22 de mar de 2016.

RAWLS, J. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2000 (Revised Edition).

SAGAN, D. **The perils of Proliferation: Organization theory, Deterrence Theory, and the Spread of Nuclear Weapons**. Washington, International Security, 18 (4), 66-107, 1994.

SØNDENAA, E. **The Nuclear Non-Proliferation Treaty And Regime Theories**. Master's Thesis in Political Science, Noruega, Faculty of Social Science University of Tromsø, 2008.

TOBIA, P. **The Upside of a Nuclear-Armed Iran: A Chat With Kenneth Waltz**. Washington, PBS News, 2012. Disponível em: <http://www.pbs.org/newshour/rundown/among-those-who-study-international/>. Acesso em: 22 de mar de 2016.

WALTZ, K. **Why Iran Should Get the Bomb**. Foreign Affairs, 2012. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2012-06-15/why-iran-should-get-bomb>. Acesso em: 22 de mar de 2016.